

## Índice

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	14
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	15

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	40
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	41
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e oportunidades aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

#### **Objetivos:**

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é descrever a metodologia adotada para identificar, classificar, tomar ações e estabelecer controles para gerenciar os riscos pertinentes às atividades, processos e serviços executados na organização dando suporte ao cumprimento dos objetivos da Companhia, definindo estratégias de mitigação de eventos com potencial de afetar a Companhia, gerenciando os riscos de forma compatível com a capacidade de entendimento do contexto, do mapeamento de riscos e com a tolerância aos riscos definida na Política de Gerenciamento de Riscos.

Com a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos de negócios e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades/operações, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

#### **i. os riscos para os quais se busca proteção**

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, delas derivados:

**Riscos estratégicos:** são os riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para se proteger ou se adaptar a mudanças no ambiente.

**Riscos operacionais:** são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Esses riscos estão associados à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetivos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

**Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

**Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

**Riscos de imagem e reputação:** são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

**Riscos de conformidade (*compliance*):** decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações e acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

**Riscos Conjunturais:** são riscos relacionados ao ambiente macroeconômico, político e social das localidades em que operamos, que possam vir a nos afetar indiretamente caso nossos clientes sejam afetados, o que implicaria em uma redução de demanda.

**Riscos Socioambientais:** São riscos que podem afetar direta ou indiretamente o meio ambiente, as comunidades ou pessoas que estejam em áreas de influência da Companhia.

**Riscos legais e regulatórios ou de conformidade:** Eventos derivados de falhas no cumprimento de aplicação de leis, acordos, regulamentos e das políticas da Companhia, ou, ainda, alterações legislativas ou normativas não previstas e que podem comprometer as atividades da Companhia.

**Riscos de Infraestrutura:** Esta modalidade de riscos está relacionada a um processo contínuo, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, monitorar, priorizar e tratar riscos positivos ou negativos, capazes de afetar os objetivos, programas, projetos ou processos de trabalho nos níveis estratégico, tático e operacional da Companhia.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, é estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

### **Identificação dos Riscos**

A identificação de riscos inerentes ocorrerá através de entrevistas e “*brainstorms*” com as áreas envolvidas. Neste processo, serão utilizados também como fonte de informação para identificação dos riscos os relatórios do Canal de Denúncias e os relatórios de auditorias internas e/ou externas realizadas.

### **Mensuração de Riscos**

Após a identificação dos riscos é realizada a mensuração e a definição da nota de risco, conforme o NPR – Nível de Prioridade de Risco, conforme descrição constante da Política de Gerenciamento de Riscos, que leva em conta o impacto do risco identificado sobre a Companhia, a frequência ou probabilidade de ocorrência futura do risco identificado, o grau de controle existente para detecção do risco identificado, o quanto a Administração da Companhia pode influenciar de forma a minimizar ou eliminar o impacto advindo do risco identificado, a percepção externa associada à imagem da Companhia, de seus produtos, serviços, e a área de negócios afetada pelo risco identificado.

Após a atribuição do NPR será definido o Risco Residual. Nesta etapa será necessário definir as causas prováveis que possibilitam a ocorrência do risco identificado.

### **Avaliação de Riscos e Controles**

Durante a etapa de avaliação de riscos e controles, a ser realizada pela Gerência de Riscos e Controles Internos, são mensurados os controles existentes e a sua eficácia. Os resultados dessa avaliação serão considerados para atribuição da nota para o Risco residual.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### **Matriz de Riscos**

Após definição do valor do Risco Residual será composta a Matriz de Riscos considerando os cenários de risco identificados e suas respectivas pontuações, que de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos resultam na seguinte classificação dos riscos identificados:

**Azul: Impactos mínimos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, porém causando impactos mínimos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Verde: Impactos pequenos** – são caracterizados por riscos associados à degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos pequenos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Amarelo: Impactos significativos** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações ou atividades, de projetos, programas ou processos, causando impactos significativos nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas, porém recuperáveis.

**Laranja: Impactos de reversão muito difícil** – são caracterizados por riscos associados à interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

**Vermelho: Impactos irreversíveis** – são caracterizados por riscos associados à paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos, causando impactos irreversíveis nos objetivos relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas.

A partir do estabelecimento da Matriz de Riscos a Administração da Companhia estabelece o seu apetite para os riscos identificados, levando em consideração cenários descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, que determinam o nível de exposição que a Administração da Companhia entende ser aceitável para um determinado risco identificado.

### **Plano de Implementação de Controles Internos e Mitigação dos Riscos**

A partir dessas definições, são determinadas as ações necessárias para o tratamento e o monitoramento dos riscos identificados, que obedecerão um plano de implementação de controles e mitigação de riscos que levará em conta os custos e o esforço necessários para sua implementação, os benefícios originados a partir das ações tomadas, os requisitos legais e regulatórios que deverão ser atendidos e o cronograma para implementação.

### **Monitoramento e Reporte**

A Gerência de Riscos e Controles Internos será responsável por organizar as agendas de mapeamento, testes de verificação de implementação das ações e apresentações dos resultados ao Diretor Presidente e à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da Companhia.

### **iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, a estrutura organizacional envolvida na identificação, mapeamento e mitigação dos riscos é dividida em três principais linhas de defesa, assim descritas:

1ª Linha - A primeira linha é formada pelos donos ou proprietários dos riscos. A responsabilidade principal desta linha de defesa é manter o risco dentro do limite de tolerância definido pela Administração da Companhia. A primeira linha de defesa é composta pelos gestores operacionais e pelos executores das atividades primárias das unidades de negócio, ou seja, gerentes, coordenadores, analistas, supervisores e demais funcionários que atuam nas operações. Os principais papéis desta linha de defesa são a identificação, avaliação, tratamento, prevenção e monitoramento dos seus riscos de forma integrada;

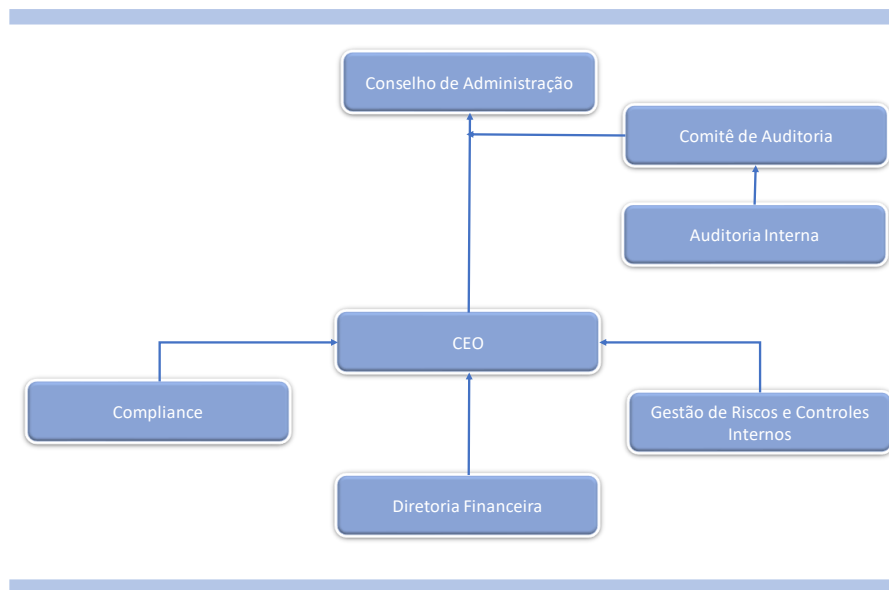
2ª Linha - A segunda linha é composta pelos especialistas das áreas de negócio que detêm o conhecimento específico de sua área e devem atuar com a gestão de riscos do negócio orientando e assessorando a primeira linha de defesa na construção dos planos de mitigação de riscos. A Companhia possui nessa linha de defesa as áreas de gerenciamento de riscos operacionais, segurança da informação, segurança do trabalho, jurídico, meio ambiente, qualidade assegurada e controladoria como áreas da segunda linha de defesa. A Gerência de Riscos e Controles Internos atua como especialista para dar suporte técnico e organizar as atividades conforme diretrizes da ISO 31000. Cada área especialista atua sobre

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

os riscos específicos identificados na sua atividade e deve definir as metodologias a serem adotadas bem como providenciar o treinamento das pessoas envolvidas nos processos (colaboradores da 1ª linha de defesa) e o acompanhamento dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos respectivos riscos; e

**3ª Linha** – A terceira linha é composta pela área de auditoria interna. A auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria e deve atuar de acordo com as normas reconhecidas da profissão, conforme estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IAA Brasil. A auditoria externa se reporta diretamente ao Conselho de Administração, com a sua supervisão delegada ao Comitê de Auditoria.

Em linha com a estrutura das linhas de defesa, as áreas internas e os órgãos de gestão e administração da Companhia possuem as seguintes atribuições e obedecem à seguinte estrutura organizacional de reporte:



Ainda de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

**Conselho de Administração:** Possui as competências previstas no Estatuto Social da Companhia, dentre as quais se destacam para os fins da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) aprovar o plano anual da auditoria interna; (ii) definir o nível de apetite para riscos da Companhia; (iii) aprovar o orçamento próprio ao Comitê de Auditoria; (iv) supervisionar o processo de gestão de riscos executado pela Administração da Companhia; e (v) supervisionar o processo de avaliação de controles internos executados pela Administração da Companhia.

**Diretor Presidente e Diretoria:** O Diretor Presidente, com apoio da Diretoria, tem a responsabilidade de realizar a gestão das seguintes atividades no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos: (i) assegurar que o Conselho de Administração tome conhecimento tempestivo de situações que envolvam risco de *compliance* relevante; (ii) promover o estabelecimento de governança que assegure as três linhas de defesa conforme previsto no COSO e descritas na Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) conduzir práticas de negócio que atendam a regulação vigente e as normas internas da Companhia; (iv) assegurar a atuação independente da Gerência de Riscos e Controles internos e da Área de Compliance da Companhia; (v) avaliar os relatórios de controles internos a fim de estabelecer cronograma para a regularização das eventuais deficiências observadas; (vi) aprovar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles Internos da Companhia, apresentando-o ao Conselho de Administração; (vii) avaliar e aprovar as estratégias de mitigação de riscos recomendadas pelas áreas, acompanhando a sua efetiva implementação; (viii) aprovar os desdobramentos da Política de Gerenciamento de Riscos definindo normas, regras e responsabilidades; e (ix) reportar anualmente ao Conselho de Administração as atividades realizadas pela Gerência de Riscos e Controles internos *vis a vis* o Plano Anual aprovado.

**Comitê de Auditoria:** no âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos possui as seguintes responsabilidades: (i) supervisionar a qualidade das demonstrações financeiras e dos demais relatórios financeiros; (ii) supervisionar a aderência da Companhia aos requerimentos legais; (iii) supervisionar os aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes; (iv) manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, os principais riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigar estes riscos; (v) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la; (vi) avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê; (vii) monitorar, juntamente com a área de auditoria interna ou de gestão de riscos da Companhia, as exposições de risco da Companhia, identificados e avaliados pelo Conselho de Administração, são controlados pela Administração e identificadas as exposições da Companhia a tais riscos, informando periodicamente ao Conselho de Administração o resultado deste monitoramento; (viii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de TPR (conforme definida no Item 16.1 deste Formulário de Referência), podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e (ix) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

*Auditoria Interna:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) elaborar o Plano de Auditoria anual, levando em consideração a matriz de risco da Companhia, as avaliações da área de controles internos e os resultados dos testes anteriormente realizados, bem como as observações da Administração e Conselho de Administração; (iii) submeter o Plano de Auditoria à apreciação do Comitê de Auditoria e à aprovação do Conselho de Administração; (iv) executar os testes de auditoria conforme Plano de auditoria aprovado; (v) reportar os resultados dos trabalhos realizados à Administração, já com as respostas e planos de ação corretiva, formalmente definidos pela área/diretoria auditada; e (vi) apresentar ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração os resultados dos trabalhos realizados e o monitoramento da execução dos planos de ação corretiva. A auditoria interna atua de forma independente operada por empresa terceira, que reporta ao Comitê de auditoria.

*Área de Compliance:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) implementar e acompanhar o Programa de *Compliance* na Companhia; (ii) orientar os colaboradores da Companhia e terceiros sobre as normas internas; (iii) liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade e propor soluções para mitigação dos riscos; (iv) divulgar para o Comitê de Ética as quebras de conduta identificadas através do canal de denúncias; (v) tratar as quebras de conduta recebidas pelo canal de denúncia conforme orientação do Comitê de Ética; (vi) elaborar e aplicar os treinamentos de *compliance* na Companhia; e (vii) monitorar o ambiente regulatório disponibilizando a informação para a administração bem como atualizar as políticas e procedimentos pertinentes a cada tema específico. A Área de Compliance não poderá ser acumulada com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

*Gerência de Riscos e Controles Internos:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos tem as seguintes atribuições: (i) disseminar a Política de Gerenciamento de Riscos no ambiente interno da Companhia; (ii) elaborar o Plano Anual da atuação da Gerência de Riscos e Controles internos e apresentar ao Diretor Presidente para aprovação; (iii) conduzir o processo de identificação e avaliação de riscos em conjunto com os Diretores de cada área e com os gestores responsáveis de cada processo; (iv) consolidar a Matriz de Riscos dos negócios da Companhia; (v) consolidar as informações e sugerir e/ou recomendar oportunidades de melhoria nos processos que possam gerar ganhos de eficiência e/ou melhor mitigação de riscos; (vi) monitorar os processos definidos como críticos pelo gerenciamento da rotina, verificando, através de suas revisões periódicas, se os procedimentos adotados pelo gestor atendem às necessidades de controle do processo; (vii) a definição dos processos críticos será realizada a partir do gerenciamento da rotina, conduzido pela área de processos em conjunto com as demais áreas de negócio; e (viii) informar ao Diretor Presidente e à Diretoria sobre os resultados dos planos de ação estabelecidos para cada um dos riscos identificados nos processos. A Gerência de Riscos e Controles Internos não poderá acumular atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

*Gestores:* No âmbito da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, os gestores de cada área interna da Companhia têm como atribuições: (i) atuar como primeira linha de defesa; (ii) garantir que todos os colaboradores sob a sua supervisão tenham conhecimento e pratiquem os preceitos da Política de Gerenciamento de Riscos relacionados à sua área de atuação; (iii) manter o Mapa de Riscos atualizado para cada um dos processos sob sua responsabilidade; (iv) elaborar e manter atualizados os procedimentos relativos aos processos sobre a sua gestão; (v) identificar riscos operacionais em seus processos e implantar controles eficazes para a mitigação dos mesmos e que sejam plenamente evidenciados; (vi) definir e levantar as informações de indicadores de performance (KPI's) para os processos; (vii) propor e implementar os planos de ação para aprimoramento dos processos e controles; e (viii) revisar anualmente os processos sobre a sua gestão, com foco em procedimentos, riscos e controles.

### c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### **adotada**

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Conforme descrito no item 5.1 "a" acima, a Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de agosto de 2020.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, sem prejuízo de outros riscos de mercado que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, delas derivados:

**Riscos de mercado:** são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

**Riscos de liquidez:** são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Riscos de crédito:** são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

**ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Em que pese a Companhia não ter adotado até a data deste Formulário de Referência uma estratégia formal de proteção patrimonial (*hedge*), nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no âmbito do processo de identificação, mensuração, avaliação e mitigação de riscos, a Administração da Companhia poderá vir a estabelecer uma estratégia de proteção patrimonial formal.

**iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Em que pese a Companhia não ter adotado até a data deste Formulário de Referência instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*), nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no âmbito do processo de identificação, mensuração, avaliação e mitigação de riscos, a Administração da Companhia poderá vir a utilizar, caso entenda pertinente, instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*).

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* e os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2018. O mapeamento de riscos se inicia com o mapeamento dos processos operacionais da Companhia. São utilizadas as informações dos mapeamentos realizados pelas áreas e validados pela Gerência de Processos, através do GEROT - Gerenciamento da Rotina. Caso não exista o mapeamento formalizado, deve ser estabelecido o contexto em conjunto com a Gerência de Riscos e Controles internos para o mapeamento dos possíveis riscos, ou seja, para que seja possível definir os processos que deverão compor a análise de riscos.

Na data deste Formulário de Referência, estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 "b", "ii" acima.

**v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Até a data deste Formulário de Referência a Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*), ou não.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 "b" acima.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Considerando a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos face aos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossos procedimentos de controles internos são um conjunto de processos que visam a fornecer uma garantia razoável sobre a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como a elaboração de demonstrações contábeis para fins externos em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos nossos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa, (ii) fornecimento de segurança razoável de que transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que as receitas e despesas da empresa estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações da nossa administração, e (iii) fornecimento de uma garantia razoável relativas à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Em um primeiro nível, utilizamos em nossas operações sistemas padronizados que requerem aprovações e possuem alçadas parametrizáveis, como o nosso TMS (Transportation Management System), ERP (Enterprise Resource Planning), SAP Hanna e SE (Soft Expert), e que possuem um controle de acesso protegido por senhas e firewalls. Nosso TMS conta com um controle de margens, baseado em tabelas de preços pré cadastradas e parâmetros definidos pela nossa administração central, de forma que as diversas filiais não têm autonomia para a emissão de documentos fora dos parâmetros aprovados. Os processos de registros contábeis manuais, adiantamentos, prestação de contas e reembolsos são realizados através de aprovações no SE, assim como o aceite de notas fiscais referente ao processo de compras, de forma que qualquer pagamento ou lançamento na contabilidade precise passar por revisão e aprovação.

Em um segundo nível utilizamos controles diários de faturamento, indicadores operacionais, pagamentos e recebimentos, que permitem aos gestores monitorar a evolução quase em tempo real, e identificar movimentações atípicas.

Em um terceiro nível utilizamos reuniões de resultados mensais, onde os gestores prestam contas dos seus resultados aos diretores das unidades de negócio, comparando resultados realizados com o orçamento e com os resultados de meses anteriores e meses de anos anteriores.

#### b. as estruturas organizacionais envolvidas

Contamos com uma área de auditoria interna que é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, por meio da realização de auditorias nas diversas operações, verificação do cumprimento dos procedimentos operacionais existentes, bem como validação do atendimento a legislação vigente. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar as atribuições da área de auditoria interna. A área de auditoria interna se reporta ao Conselho de Administração, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2020.

O orçamento da área de auditoria interna para o exercício de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração, tendo sido considerado suficiente para o desempenho de suas atividades.

No final de 2019 foi criada uma estrutura exclusiva para a gestão dos controles internos separando as atividades que eram executadas nas áreas de auditoria interna e controladoria.

Contamos também com um canal de denúncias terceirizado, onde toda denúncia é reportada para a auditoria interna, que se reporta para a alta administração, respondida e devidamente investigada, se assim necessário.

O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao conselho de administração e tem como responsabilidade principal avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos. É também responsável por monitorar a integridade das demonstrações financeiras, bem como as qualificações e independência da auditoria interna na execução de suas atividades.

#### c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A eficiência dos controles é avaliada através das auditorias internas, realizadas pelo gerente de auditoria interna, e reportada para toda diretoria, onde o gestor da unidade em questão deve elaborar plano de ação específico para sanar eventuais falhas nos processos. Os resultados das auditorias também são apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão para o qual a Gerência de Auditoria Interna se reporta.

Em casos específicos a administração da Companhia pode contratar empresa de consultoria externa para avaliar um determinado processo e emitir um relatório de recomendações.

Os principais indicadores e resultados da empresa são apresentados mensalmente pelos diretores de unidade de negócio para o Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e demais Diretores Executivos, situação onde é possível identificar eventuais desvios e definir ações corretivas ou de aprofundamento do processo. Os resultados consolidados são apresentados mensalmente pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Administrativo Financeiro ao conselho de administração da Companhia, o qual pode deliberar para o aprofundamento e detalhamento de qualquer processo ou indicador das unidades de negócio.

A Companhia recebe anualmente do auditor uma carta de controles internos, a qual é apresentada ao Conselho de Administração, devendo a administração da Companhia apresentar plano de ação tempestivo para o saneamento de eventuais falhas nos processos.

Adicionalmente, em 2019 a Companhia iniciou um processo de mapeamento de riscos em seus controles internos com consultoria externa de forma a identificar e eliminar possíveis riscos adicionais não identificados na auditoria interna. A partir de 2020 com a contratação do Gerente de Riscos e Controles Internos, a revisão do mapeamento foi realizada de forma periódica, utilizando-se das diretrizes estabelecidas no modelo proposto pelo COSO, com apresentação dos resultados para o Diretor Presidente e demais Diretores e para o Comitê de Auditoria, conforme estabelecido na Política de Gerenciamento de Riscos. Em 2021 o processo seguiu com revisão e reports mensais para o Diretor Presidente e demais diretores, e para o comitê de auditoria.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes da Companhia como parte da auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitiram relatório circunstanciado, por meio do qual não foram evidenciadas deficiências significativas no que tange aos controles internos da Companhia.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não foram identificadas Deficiências significativas no período reportado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**(a). Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia desenvolveu, além de seu Código de Ética e Conduta, políticas voltadas à inibição, detecção e remediação de qualquer ilícito, como sua Política Anticorrupção aprovada em outubro de 2018. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde são registradas denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

**ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

Foi criado em 2021 a Comissão Interna de Integridade e Ética, o qual tem o objetivo de analisar e administrar as consequências para atos que afrontem os valores e condutas do Código de Ética e Conduta e se reporta a área de Compliance. A Comissão é constituída por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes.

- A Comissão Interna de Integridade e Ética tem autonomia para administrar as consequências e conta com o apoio do Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Auditoria reporta diretamente ao Conselho de Administração e, assim como a Comissão Interna de Integridade e Ética, recebe todas as denúncias abertas para assegurar o seu devido tratamento. As medidas precisam ser aplicadas de forma adequada e razoável dentro da política disciplinar da Companhia e no cumprimento da Lei.

**iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código deve ser observado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, pelos colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e toda e qualquer parte que tenha relação comercial ou operacional com a Companhia.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código é apresentado por meio do programa de integração.

A Comissão Interna de Integridade e Ética, ao deliberar anualmente sobre possíveis alterações no Código, também decidirá a necessidade da realização de novos treinamentos formais de comparecimento obrigatório para atualização dos colaboradores ao conteúdo do Código.

As demais políticas serão objeto de treinamento específico conforme cronograma da área de desenvolvimento e treinamentos da Companhia, o que ocorre anualmente.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As condutas que desrespeitam os valores e comportamentos delineados no Código serão disciplinadas de acordo com o procedimento de Medida Disciplinar da Companhia, podendo o infrator ser penalizado desde a aplicação de advertência oral até uma possível demissão por justa causa, conforme parâmetros estabelecidos na política.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código foi aprovado pela Presidência da Companhia em 22 de outubro de 2018.

O Código pode ser consultado na seguinte página da internet: [www.bbmlogistica.com.br](http://www.bbmlogistica.com.br)

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- **Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia implementou um portal autônomo de denúncias, ou seja, a cargo de terceiros, disponibilizado no site da Companhia pelo link [www.bbmlogistica.com.br](http://www.bbmlogistica.com.br) ou por meio do disk denúncia – 0800 721 1402, por email [BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR](mailto:BBM@RELATOCONFIDENCIAL.COM.BR) – ou mesmo por meio do Link <https://relatoconfidencial.com.br/bbm/>, onde todos, inclusive terceiros, podem:

- Esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições contidas no Código de ética e conduta da Companhia;
- Ter garantido que as denúncias serão apuradas, e aquelas que tiverem uma base fundamentada serão conduzidas e serão aplicadas as diligências cabíveis no âmbito do Comitê de Ética;
- Ter assegurado o direito ao anonimato das denúncias, mesmo que a denúncia não seja feita de forma anônima. Independentemente do resultado da apuração, a Companhia empreenderá todos os esforços para que não aconteça qualquer forma de retaliação contra o denunciante.

As denúncias reportadas ao Canal de Denúncias são recebidas por empresa independente, que faz a triagem e direciona de acordo com a matriz de responsabilidades definida pela área de compliance. Após a triagem são enviadas imediatamente para as equipes de investigação que farão a avaliação e tratativa de cada caso. As equipes de investigação se reportam a área de Compliance que se reporta para o Conselho de Administração.

### **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia, como prática, contrata consultores legais, financeiros e auditores para realizar *due diligence* em todos os potenciais alvos de aquisição, a fim de garantir o mapeamento de riscos e vulnerabilidades.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

Não aplicável, pois o emissor adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas à prevenção de fraudes e ilícitos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

### 5.5 - Alterações significativas

Os riscos apresentados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência são constantemente monitorados pela Companhia e apresentam-se, de forma geral, estáveis, sem expectativas de redução ou aumento, exceto no que se refere aos riscos identificados abaixo:

#### COVID-19

É de conhecimento geral o grave cenário produzido pela pandemia do novo Coronavírus – Covid-19, principalmente com relação aos impactos sociais e econômicos mundiais.

Após declarada pela Organização Mundial de Saúde (“OMS”) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (“ESPII”), diversos Entes Públicos, passaram a emitir diversas recomendações para impedir a disseminação progressiva da infecção pela Covid-19, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens, utilização de transportes públicos, quarentenas e *lockdown*, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais e interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de maneira geral.

Além disso, nos últimos meses, surgiu uma nova variante da COVID-19, que gerou um aumento considerável no número de internações hospitalares e mortes no Brasil. Com isso, estados e cidades brasileiras estão retomando medidas restritivas, tais como proibição de atividades não essenciais e *lockdown*.

Tal situação excepcional, extraordinária e imprevisível, é capaz de afetar e modificar inclusive as relações contratuais da Companhia então vigentes, no esteio da teoria da imprevisão, ocorrência de clara hipótese de força maior, determinando alteração no estado de fato contemporâneo à celebração do contrato, implicando no desequilíbrio econômico entre as partes contratantes ou até mesmo gerando eventual impossibilidade de cumprimento de obrigações então avençadas.

Diante de tais institutos, a Companhia pode ser compelida a revisar condições comerciais com seus clientes. Para mitigar referido risco, a Companhia estrutura seus empreendimentos em observância plena às recomendações do poder público.

O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência. Nesta data, a Companhia não pode prever os efeitos futuros da pandemia de COVID-19 em seus demais riscos.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não existem outras informações relevantes em relação a esta seção do formulário de referência.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As avaliações e opiniões constantes neste capítulo tratam-se da visão e da percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades e desempenho dos negócios. Os valores constantes neste capítulo foram extraídos das informações financeiras consolidadas dos exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, além de outros dados operacionais da Companhia.

As avaliações, opiniões e comentários constantes desta seção 10 do Formulário de Referência traduzem a visão e percepção dos diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, e visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas Demonstrações Financeiras de período para período ou data para data, conforme o caso; e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

As informações constantes desta seção 10 do Formulário de Referência relacionadas aos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros e estratégias da Companhia constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, nas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem afetar as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou preço de mercado de seus valores mobiliários.

Embora a Companhia acredite que estejam baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e são feitas com base nas informações que a Companhia dispõe na data deste Formulário de Referência. Em vista desses riscos e incertezas, as estimativas e declarações futuras constantes deste Formulário de Referência não são garantias de resultados futuros e, portanto, podem vir a não se concretizar, estando muitas das quais além do controle ou capacidade de previsão da Companhia. Por conta desses riscos e incertezas, o investidor não deve se basear exclusivamente nessas estimativas e declarações futuras para tomar sua decisão de investimento.

Alguns valores e percentuais constantes desta seção 10 do Formulário de Referência foram arredondados para facilitar a sua apresentação e, dessa forma, os valores totais apresentados em algumas tabelas constantes desta seção 10 do Formulário de Referência podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

(R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021	2020	2019	21 x 20	20 x 19
<b>Receita Líquida das Vendas</b>	<b>1.356.199</b>	<b>1.002.017</b>	<b>608.880</b>	<b>35,3%</b>	<b>64,6%</b>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	63.357	112.376	73.791	-43,6%	52,3%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>12.023</b>	<b>8.899</b>	<b>13.746</b>	<b>35,1%</b>	<b>-35,3%</b>
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>104.734</b>	<b>105.728</b>	<b>59.855</b>	<b>-4,7%</b>	<b>76,6%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	41.124	41.124	62.472	-6,2%	-24,2%
Dívida Bruta	396.038	284.899	218.864	39,0%	30,2%
<b>Dívida Líquida<sup>(2)</sup></b>	<b>357.456</b>	<b>243.775</b>	<b>156.392</b>	<b>46,6</b>	<b>55,9%</b>
Dívida Líquida/EBITDA	3,41	2,31	2,61		
Patrimônio Líquido / Dívida Líquida	0,3824	0,5232	0,7721		

<sup>(1)</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): lucro líquido antes das despesas financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da depreciação e da amortização e depreciação do ativo de direito de uso.

<sup>(2)</sup> Dívida líquida é composta pela Dívida Bruta (que contempla empréstimos, financiamentos e emissão de títulos) menos caixa e equivalentes de caixa.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita Líquida das Vendas:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve um aumento na receita líquida de vendas de 35,3% em comparação com o ano anterior. Do aumento de R\$ 354,20 milhões, 67,6% é decorrente da anualização das operações da Transportation Management que jpa consta com as empresas Translovato, Translag e Diálogo já com as operações anualizadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento na receita líquida de vendas de 64,57% em comparação com o ano anterior. Do aumento de R\$ 393,12 milhões, 84,87% é decorrente da anualização das operações da Translovato, 5,90% das operações da empresa Translag, 2,54% da empresa Diálogo e 6,69% crescimento das operações já existentes da Companhia.

### Caixa gerado pelas atividades operacionais:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve uma queda no caixa gerado pelas atividades operacionais de -43,6% em comparação com o ano anterior. Esta queda de R\$ 49,20 milhões decorre essencialmente das condições de mercado, principalmente no combustível, pneus e peças para manutenção, que refletiu também no custo de fretes pagos a terceiros e agregados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento no caixa gerado pelas atividades operacionais de 52,29% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 38,59 milhões são decorrentes do crescimento orgânico das empresas do grupo no ano de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o Caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia chega aos R\$ 73,79 milhões, representando um aumento de 462,2% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido à recuperação de clientes de anos anteriores, redução do prazo médio de recebimento dos clientes e renegociação juntos aos fornecedores para alongamento do prazo de pagamento.

### Lucro Líquido:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve uma diminuição no seu lucro líquido de 35,1% em comparação com o ano anterior. Esta diminuição de R\$ 3,12 milhões são devidos principalmente à pressão de custos, aliada ao cenário de mercado que dificultou o repasse de preços.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve uma diminuição no seu lucro líquido de 35,26% em comparação com o ano anterior. Esta diminuição de R\$ 4,85 milhões são decorrentes essencialmente dos efeitos causados pela pandemia mundial, onde houveram meses em que as empresas do Grupo operaram com prejuízo.

O lucro líquido em 2019 foi de R\$ 13,75 milhões, 136,3% maior que o ano anterior, impactado por uma melhora no resultado das operações da Companhia e pela constituição de Impostos Diferidos Ativos sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL de anos anteriores.

**EBITDA:** (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização*)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve uma queda no seu EBITDA de 4,7% em comparação com o ano anterior. Esta queda de R\$ 5,18 milhões são decorrentes da redução dos resultados das operações que decorreram principalmente do aumento de custos variáveis no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento no seu EBITDA de 76,6% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 50,06 milhões são decorrentes da anualização do resultado das operações da Translovato e incremento do resultado das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O EBITDA em 2019 cresceu 25,9%, saindo de R\$ 47,55 milhões em 2018 e encerrando ano de 2019 com R\$ 59,86 milhões. O crescimento alcançado tanto no segmento DCC quando no segmento TM nos possibilitaram diluir o aumento da estrutura corporativa realizado para suportar os planos de crescimento da Companhia.

### **Dívida Bruta:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve um aumento na sua dívida bruta de 39,0% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 111,14 milhões são decorrentes essencialmente da captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve um aumento na sua dívida bruta de 30,2% em comparação com o ano anterior. Este aumento de R\$ 66,1 milhões são decorrentes essencialmente da captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro e renovação da frota.

A dívida bruta da Companhia de R\$ 218,86 milhões em 2019 aumentou 71,9% em relação à dívida bruta de 2018, em função do aumento da necessidade de capital de giro decorrente do crescimento de receita, além da necessidade de financiamento para os investimentos no ativo imobilizado, com as renovações de frota e novos projetos dedicados.

### **Dívida Líquida/EBITDA:**

A Dívida Líquida é equivalente à soma da Dívida Bruta (a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures circulante e não circulante) deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA LTM.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia teve um aumento na relação entre Dívida líquida/EBITDA de 1,54 vezes em comparação com o ano anterior. Esta redução deve-se principalmente a queda do EBITDA, do aumento de custos no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia teve uma redução na relação entre Dívida líquida/EBITDA de 0,39 vezes em comparação com o ano anterior. Esta redução deve-se principalmente ao aumento do EBITDA, decorrente da aquisição da Translovato e do crescimento orgânico da Companhia.

A relação em 2019, foi de 2,61x, após renovarmos os contratos de empréstimos, substituindo os empréstimos mais caros. Mesmo com o aumento do endividamento, estamos abaixo dos *covenants*, considerando apenas 20 dias de resultado da Translovato a partir de sua aquisição em 11 de dezembro de 2019. Para efeito dos *covenants* de dívidas, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses da Translovato, o que resulta em um índice de 1,27x.

### **Dívida Líquida/Patrimônio Líquido:**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia demonstrou um aumento no índice em 0,70 vezes em comparação com o ano anterior. Este aumento também decorre da captação de empréstimos para aumentar o capital de giro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia demonstrou um aumento no índice em 0,62 vezes em comparação com o ano anterior. Este aumento também decorre da captação de financiamentos para financiar a renovação de frota e aumentar o capital de giro.

A relação em 2019, foi de 1,30x, tendo em vista a renovação, pela Companhia, dos contratos de empréstimos, substituindo os empréstimos mais significativos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Indicador de Liquidez:

Indicador	2021	2020	2019
Liquidez Corrente <sup>(1)</sup>	0,90	0,88	1,09
Caixa Gerado pelas atividades Operacionais/Passivo Total	0,08	0,16	0,14
<sup>(1)</sup> Ativo Circulante/Passivo Circulante			

### Investimentos em Ativos Imobilizados:

A Companhia continua a investir na aquisição de veículos para renovação de frota de forma a suportar as operações do segmento de operações dedicadas..

No período de três meses findo em 31 de dezembro de 2021, foram investidos R\$ 43,67 milhões em veículos, que representa 36,49% a menos que os valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram investidos R\$ 41,26 milhões em veículos, que representa 49,65% dos valores de investimentos realizados no mesmo período no ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram investidos R\$83,1 milhões em veículos para a renovação de frota nas operações florestais da Companhia de Butiá (RS) e Capão Leão (RS), em semirreboques, dando continuidade aos projetos agregados, e em uma nova plataforma digital.

### Tabela Conciliação Ativo Imobilizado

	2021	2020	2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>242.312</b>	<b>229.683</b>	<b>121.343</b>
(-) Baixa de Ativos	(33.995)	(32.795)	(22.422)
(+) Baixa depreciação	24.699	21.182	13.585
(-) Depreciação	(46.303)	(44.511)	(24.385)
<b>(+) Aquisições</b>	<b>43.667</b>	<b>68.754</b>	<b>141.561</b>
Bens incorporados de controlada <sup>(1)</sup>	0	18.756	55.724
Veículos e Tratores	35.434	41.263	83.109
Outros/Em andamento	8.233	8.735	2.728
<b>Saldo Final</b>	<b>230.380</b>	<b>242.312</b>	<b>229.683</b>

<sup>(1)</sup>Imobilizado sobre os bens incorporados das aquisições

### Estrutura de Capital:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 136.704 milhões, sendo o capital social de R\$ 95,30 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 40.760.818 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e com reserva de capital de R\$40,36 milhões.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que a dívida líquida sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, esteja em nível que acreditam confortável, considerando os atuais níveis de geração operacional de caixa, sobretudo observando empresas comparáveis do setor. Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Apesar de uma queda nos indicadores de endividamento, a empresa continua demonstrando maior capacidade de pagamento frente aos compromissos financeiros e operacionais. Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa operacional, o cronograma de amortização do seu endividamento e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais em relação às suas necessidades de caixa, os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pressão de custos com alta da inflação, juros elevados e disparada dos preços das commodities, com destaque para o petróleo. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, acredita ter capacidade para contratá-los.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas as suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Diretora acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

### Índice de endividamento (Dívida líquida / EBITDA)

O índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA (Valores de Empréstimos e financiamentos mais os valores de debêntures registrados no curto e no longo prazo deduzindo o valor de Caixa e equivalentes de caixa dividido pelo EBITDA), aumentou de 2,61x em 2019 para 2,31x em 2020, em função da contratação de empréstimos para fazer frente ao aumento da necessidade de capital de giro, ao investimento em ativo imobilizado e à aquisição da Translovato. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento de dívida líquida pelo EBITDA estava em 3,41x, em função do da contratação de empréstimos e emissão de debêntures para fazer frente ao projeto de crescimento do Grupo BBM, o que inclui potenciais aquisições de empresas e investimentos em projetos do DCC.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Dívida Bruta	396.038	284.959	218.864
Caixa e equivalentes de caixa	(38.582)	(41.124)	(62.472)
Dívida Líquida	357.456	243.835	156.392
EBITDA	104.734	105.728	59.855
<b>Div. LÍq. / EBITDA</b>	<b>3,41</b>	<b>2,31</b>	<b>2,61</b>

<sup>(1)</sup> Para efeito dos covenants de endividamento previstos nos contratos de empréstimo e debêntures, deve-se considerar o EBITDA de 12 meses das empresas adquiridas. Assim apresentamos o quadro abaixo para demonstrar o cálculo dos covenants.

<i>(R\$ milhões)</i>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Dívida Bruta	396,0	285	218,9
Caixa e equivalente de caixa	38,6	41,1	62,5
Dívida Líquida	357,5	243,8	156,4
EBITDA Proforma <sup>(1)</sup>	104,7	117,3	107,1 <sup>(3)</sup>
<b>Dívida Líquida / EBITDA Proforma</b>	<b>3,41</b>	<b>2,08</b>	<b>1,46</b>

<sup>(1)</sup> Para os anos de 2019 e 2020 o EBITDA Proforma, pois considera a totalidade do EBITDA das empresas no intervalo de tempo referido, como se a operação houvesse sido concluída antes do início do período.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez também demonstram a capacidade de pagamento da Companhia. A liquidez corrente caiu de 1,09 em 2019 para 0,88 em 2020 e subiu ligeiramente para 0,90 em 31 de dezembro de 2021.

Indicador	2021	2020	2019
Liquidez Imediata <sup>(1)</sup>	0,09	0,12	0,26
Liquidez Corrente <sup>(2)</sup>	0,90	0,88	1,09
Liquidez Seca <sup>(3)</sup>	0,87	0,86	1,08
Estrutura de Capital <sup>(4)</sup>	6,04	5,39	4,50

#### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento são captadas, quando necessário, por meio de contratos financeiros os quais são empregados em nossas necessidades de capital de giro e aquisições e investimentos de curto e longo prazo, assim como na manutenção de níveis de disponibilidades de caixa adequados ao desempenho das atividades.

Os diretores esclarecem que o financiamento para a aquisição de ativos para a prestação dos serviços é realizado através de linhas específicas de acordo com as características de cada bem adquirido:

- Para as aquisições e investimentos utilizamos a captação junto a bancos comerciais de acordo com os prazos e maturação de cada projeto ou através do mercado de capitais.
- Eventualmente para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos novos nacionais, é utilizada a linha de FINAME e operações de arrendamento mercantil, dependendo do custo financeiro em relação as demais alternativas de captação.

#### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos casos de financiamentos para cobrir eventuais deficiências de capital de giro, o recurso continuará a ser captado através de contratos financeiros junto a instituições financeiras de primeira linha e /ou através de instrumentos junto ao mercado de capitais, quando necessário.

Em relação as captações para suprir a necessidade de aquisição de novos ativos não circulantes necessários a prestação de serviços, continuaremos a utilizar linhas específicas de acordo com as características do bem tais como o FINAME para os casos de veículos pesados e máquinas e equipamentos novos nacionais, ou linhas de crédito com características similares.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

Modalidade (em moeda nacional)	2021	2020	2019
<b>Encargos anuais médios</b>			
Capital de Giro	12,13%	5,31%	7,68%
Debêntures	10,90%	5,15%	7,75%
Finame	- - -	8,42%	10,02%
Outros	- - -	16,81%	16,81%
<b>Passivo Circulante</b>			
Capital de Giro	82.330	83.621	42.198
Debêntures	66.780	14.806	13.564
Finame	- - -	8.150	9.308
Outros	- - -	235	367
<b>Total</b>	<b>149.110</b>	<b>93.299</b>	<b>65.437</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Capital de Giro	104.333	148.910	101.591
Debêntures	142.595	21.088	35.872
Finame	- - -	8.010	15.648
Outros	- - -	79	316
<b>Total</b>	<b>246.928</b>	<b>169.009</b>	<b>153.427</b>
<b>Total</b>			
Capital de Giro	186.663	232.531	143.789
Debêntures	209.375	35.894	49.436
Finame	- - -	16.160	24.956
Outros	- - -	374	683
<b>Total</b>	<b>396.038</b>	<b>284.959</b>	<b>218.864</b>

#### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Adicionalmente ao endividamento com instituições financeiras mencionado no item anterior a Companhia possui operações de consórcio visando a aquisições de novos veículos para a frota. Como observado pela evolução da conta desde 2019, não temos mais novas operações.

Consórcios (em milhares de R\$)	2021	2020	2019
Ativo Circulante	1.131	2.589	4.288
Passivo Circulante	1.445	4.191	5.993
Passivo Não Circulante	136	857	1.281

#### iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas, observado o disposto na tabela do item 3.8 deste Formulário de Referência.

#### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

##### Debêntures:

A Companhia possui debêntures emitidas em 2021, por meio de escritura de emissão, a qual apresenta cláusulas de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

covenants financeiros ("covenants") que preveem a liquidação antecipada nas seguintes condições:

(a) A dívida financeira líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo EBITDA (considerando pro forma 12 meses de aquisições) ser maior do que 3,0 vezes;

(b) Patrimônio líquido dividido pela dívida bruta ajustada (empréstimos, financiamentos e debêntures adicionados de contas a pagar de aquisições) tem que ser maior ou igual a 25%.

A Companhia está cumprindo com todas as suas obrigações contidas nestes contratos.

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram contratados com 100% do desembolso inicial.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### Demonstrações dos Resultados

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
(Valores expressos em milhares de Reais)

		AV% <sup>(2)</sup>		AV% <sup>(2)</sup>	Varição% <sup>(3)</sup>
	31.12.2021 <sup>(1)</sup>	31.12.2021 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	2021 x 2020
Receita líquida de vendas	1.356.199	100%	1.002.017	100%	35%
Custo dos serviços prestados	(1.241.362)	-92%	(879.825)	-88%	-41%
<b>Lucro bruto</b>	<b>114.837</b>	<b>8%</b>	<b>122.192</b>	<b>12%</b>	<b>-6%</b>
Despesas administrativas	(100.654)	-7%	(71.415)	-7%	-41%
Despesas de vendas	(25.188)	-2%	(22.837)	-2%	-10%
Perda por redução ao valor recuperável de CAR <sup>(*)</sup>	(456)	0%	(677)	0%	32%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32.307	2%	6.984	1%	363%
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>	<b>20.846</b>	<b>2%</b>	<b>34.247</b>	<b>3%</b>	<b>-39%</b>
Receitas financeiras	10.154	1%	6.256	1%	62%
Despesas financeiras	(57.280)	-4%	(31.882)	-3%	-80%
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(47.126)</b>	<b>-3%</b>	<b>(25.626)</b>	<b>-3%</b>	<b>-84%</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(26.280)</b>	<b>-2%</b>	<b>8.621</b>	<b>-1%</b>	<b>-133%</b>
IR e CS corrente e diferido	38.303	3%	278	0%	13678%
<b>Lucro Líquido/Prejuízo do período</b>	<b>12.023</b>	<b>1%</b>	<b>8.899</b>	<b>-1%</b>	<b>35%</b>

(1) Informações extraídas das informações anuais de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(2) Percentual de representatividade em relação à receita líquida de vendas

(3) Percentual de variação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(4) \* CAR : Abreviatura de Contas a Receber.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas é o resultado da subtração das deduções da receita bruta da própria receita operacional bruta, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

#### Custo dos serviços prestados

O agrupador de custos dos serviços prestados contempla todo e qualquer custo diretamente ligado às nossas operações. Os custos para as operações dedicadas são divididos entre, manutenção, combustíveis, gastos pneumáticos, pessoal (mão de obra direta) e gerenciamento de riscos. Para as operações de TM, os principais custos de serviços prestados são vinculados aos agregados e terceiros contratados para as viagens, além dos custos citados acima quando as viagens são realizadas com veículos da frota TM.

#### Lucro bruto

Lucro bruto é a diferença entre os valores da receita líquida de vendas e os custos dos serviços prestados.

#### Despesas administrativas

As despesas administrativas da Companhia referem-se exclusivamente aos gastos corporativos. Englobam gastos com pessoal, viagens, facilities/utilities, serviços de terceiros, sempre vinculados à estrutura corporativa e não operacional.

#### Despesas de vendas

As Despesas de vendas são gastos com pessoal vinculado à nossa estrutura comercial. Pessoal, viagens para implantação de novos projetos, comissionamentos à representantes comerciais fazem parte desse grupo de contas.

#### Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas contas a receber de clientes.

#### Outras receitas (despesas) operacionais

Otras receitas (despesas) operacionais, essencialmente são o resultado de venda de ativos em plenas condições de uso, que por questões contratuais são substituídos em um determinado período, conforme descrição constante da seção 10.2 (i) deste Formulário de Referência.

#### Receitas financeiras

A rubrica de receitas financeiras é composta pelo resultado das variações cambiais, pelos rendimentos das aplicações financeiras e descontos recebidos de fornecedores.

#### Despesas financeiras

A rubrica de despesas financeiras é composta principalmente pelas taxas e tarifas bancárias, juros pagos a fornecedores e IOF sobre operações financeiras.

#### Despesas financeiras, líquidas

É o resultado entre as receitas e despesas financeiras.

#### Resultado antes dos impostos

Resultado antes dos impostos ou lucro tributável é diferença entre os valores do Lucro operacional deduzindo os valores do resultado entre as receitas e despesas financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **IR e CS corrente e diferido**

Imposto de renda e a contribuição social, são impostos obrigatórios aplicados sobre os valores do lucro tributável. Para o imposto de renda aplica-se 25% sobre o valor do resultado e 9% para a contribuição social.

Existe uma separação entre imposto corrente e diferido, onde o imposto corrente representa o montante a ser recolhido no exercício, e sua base de cálculo é o lucro tributável do período e o diferido tem como sua base de cálculo diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

### **Lucro líquido/Prejuízo do período**

Lucro líquido/Prejuízo do período é o Resultado Antes dos Impostos deduzindo os valores do imposto de renda e contribuição social calculados no período.

### **Comentários sobre as variações**

#### **(i) Receita líquida de vendas:**

A receita líquida de vendas no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou um aumento de 35% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 1.002,0 milhões para R\$ 1.356,2 milhões. Esse aumento decorreu por uma combinação de crescimento orgânico e consolidação da aquisição da Diálogo em dezembro de 2020, combinadas com os reajustes de tarifas decorrentes dos gatilhos e recomposição de custos.

#### **(ii) Custo do Serviço Prestado:**

O custo do serviço prestado no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou um aumento de 41% em relação ao período de 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 879,8 milhões para R\$ 1.241 milhões. Este aumento ocorre naturalmente em função do aumento da receita dos períodos analisados, além do aumento de custos decorrente das condições de mercado, principalmente no combustível, pneus e peças para manutenção.

#### **(iii) Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram um aumento de 41% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 71,4 milhões para R\$ 100,7 milhões. Tal aumento decorre, principalmente, ao reconhecimento das despesas referentes às tentativas de IPO, despesas pontuais com honorários advocatícios, consolidação da Translag e Diálogo e criação de novas áreas para reforçar a estrutura e crescimento da empresa.

#### **(iv) Despesas com Vendas:**

As despesas com vendas no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram um aumento de 10% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 22,8 milhões para R\$ 25,2 milhões, natural com o crescimento da receita e crescimento da companhia.

#### **(v) Perda por redução do valor recuperável de CAR**

No período de findo em 31 de dezembro de 2021 foi registrada a Perda por Redução do valor recuperável de CAR de R\$ 456 mil enquanto que no mesmo período do ano anterior foi registrado o valor de R\$ 677 mil. A variação é natural em decorrência do aumento da receita, porém é mais evidenciada no segmento de TM, no qual a base de clientes é expressiva e mais pulverizada.

#### **(vi) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:**

A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas do período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 362,6% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 7,0 milhões para R\$ 32,3 milhões. O aumento da conta conta com o registro de créditos tributários referentes à exclusão das provisões de IR.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (vii) Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos

O resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou uma queda de 39% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 34,3 milhões para R\$ 20,8 milhões. Esta queda decorreu essencialmente do aumento de custos com a pressão inflacionária.

### (viii) Receitas Financeiras:

As receitas financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram um aumento de 62% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 6,3 milhões para R\$ 10,2 milhões. Este aumento ocorreu, essencialmente, de créditos tributários decorrentes da exclusão da atualização monetária de créditos extemporâneos e créditos de ICMS da base do IR e CS.

### (ix) Despesas Financeiras:

As despesas financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram um aumento de 44% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 31,9 milhões para R\$ 57,3 milhões. Este aumento, decorreu, essencialmente pelo aumento das contratações de novos empréstimos para capital de giro e para o financiamento das aquisições de ativos imobilizados, aumento da taxa de juros de mercado, adicionados dos reflexos do CPC 06 referente a juros sobre direito de uso de ativos.

### (x) Despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras líquidas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram um aumento de 84% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$ 25,6 milhões para R\$ 47,1 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, da emissão da 2ª debêntures no valor de R\$240 milhões e vencimento em 4 anos, além da captação de capital de giro no valor de R\$ 93,6milhões.

### (xi) Resultados antes dos impostos

Os resultados antes dos impostos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentaram uma redução de 133% em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de R\$8,6 milhões de lucro para um prejuízo de R\$26,3 milhões. Esta redução, decorreu, principalmente, da consequência dos fatores apontados nas justificativas explicitadas acima.

### (xii) IR e CS corrente e diferido:

O valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou uma redução em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2020, saindo de uma despesa de R\$ 278 mil para um crédito de R\$ 38,3 milhões. Este movimento, decorreu, principalmente, devido ao prejuízo apresentado no período.

### (xiii) Lucro líquido do período:

O lucro líquido no período findo em 31 de dezembro de 2021 apresentou um aumento de 35% em relação ao período 31 de dezembro de 2020, saindo de um lucro de R\$ 8,9 milhões para um lucro de R\$ 12,0milhões, em decorrência das variações explicadas acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>31.12.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup> 31.12.2020</b>	<b>31.12.2019<sup>(1)</sup></b>	<b>AV%<sup>(2)</sup> 31.12.2019</b>	<b>Variação%<sup>(3)</sup> 2020 x 2019</b>
Receita líquida de vendas	1.002.017	100%	608.880	100%	65%
Custo dos serviços prestados	(879.825)	-88%	(553.832)	-91%	-59%
<b>Lucro bruto</b>	<b>122.192</b>	<b>12%</b>	<b>55.048</b>	<b>9%</b>	<b>122%</b>
Despesas administrativas	(71.415)	-7%	(30.178)	-5%	-137%
Despesas de vendas	(22.837)	-2%	(2.639)	0%	-765%
Perda por redução ao valor recuperável de CAR <sup>(*)</sup>	(677)	0%	(763)	0%	11%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.984	1%	3.973	1%	76%
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>34.247</b>	<b>3%</b>	<b>25.441</b>	<b>4%</b>	<b>-35%</b>
Receitas financeiras	6.256	1%	6.429	1%	-3%
Despesas financeiras	(31.882)	-3%	(27.873)	-5%	-14%
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(25.626)</b>	<b>-3%</b>	<b>(21.444)</b>	<b>-4%</b>	<b>-20%</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>8.621</b>	<b>1%</b>	<b>3.997</b>	<b>1%</b>	<b>116%</b>
IR e CS corrente e diferido	278	0%	9.749	2%	-97%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.899</b>	<b>1%</b>	<b>13.746</b>	<b>2%</b>	<b>-35%</b>

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(2) Percentual de representatividade em relação à receita líquida de vendas

(3) Percentual de variação entre os anos de 2020 e 2019.

(4) \* CAR : Abreviatura de Contas a Receber.

**Comentários sobre as variações****(i) Receita líquida de vendas:**

A receita líquida de vendas em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 65% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 608,8 milhões para R\$ 1,002 bilhão. Este aumento, decorreu, principalmente, pela anualização do resultado das operações da Translovato, que resultou em R\$333,0 milhões, e aquisição das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

**(ii) Custo do Serviço Prestado:**

O custo do serviço prestado em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 59% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 553,8 milhões para R\$ 879,8 milhões. Este aumento, ocorre de maneira natural em função do aumento do faturamento na comparação entre os exercícios analisados.

**(iii) Lucro Bruto:**

O lucro bruto em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 122% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$55,0 milhões para R\$122,2 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela anualização do resultado da Translovato em 2020 e crescimento orgânico nos segmentos de TM e DCC.

**(iv) Despesas Administrativas:**

As despesas administrativas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 137% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 30,1 milhões para R\$ 71,4 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo reconhecimento das despesas administrativas anualizadas da empresa Translovato, e incremento das despesas administrativas das empresas Translag (a partir de Set/20), e Diálogo (a partir de Dez/20).

**(v) Despesas com Vendas:**

As despesas com vendas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 765% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 2,6 milhões para R\$ 22,8 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela alteração no critério de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

classificação das despesas com vendas da Companhia no exercício de 2021.

**(vi) Perda por redução do valor recuperável de CAR:**

No período de três meses findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrada Perda por Redução do valor recuperável de CAR no montante de R\$ 667 mil enquanto que no mesmo período do ano anterior foi registrado o valor de R\$ 763. Apesar do aumento da receita geral, a conta se manteve controlada, sendo que a redução mais significativa foi no segmento DCC.

**(vii) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos**

O resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 35% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$25,4 milhões para R\$34,2 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo aumento da margem bruta.

**(viii) Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas:**

A conta de outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2020 apresentou um aumento de 76% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 3,9 milhões para R\$ 6,9 milhões. Este aumento é decorrente de créditos extemporâneos de PIS/COFINS reconhecidos em 2020.

**(ix) Receitas Financeiras:**

A receita financeira em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 3% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 6,43 milhões para R\$ 6,26 milhões. Tal redução decorre principalmente da redução do CDI no decorrer do ano de 2020, que é o principal índice atrelado aos rendimentos de nossas aplicações.

**(x) Despesas Financeiras:**

As despesas financeiras em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 14% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 27,87 milhões para R\$ 31,88 milhões. Este aumento, decorreu do aumento das contratações de novos empréstimos, especialmente a 1ª emissão de debêntures realizada em maio de 2019.

**(xi) Despesas Financeiras Líquidas**

As despesas financeiras líquidas em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 20% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$21,4 milhões para R\$25,6 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pelo aumento das contratações de novos empréstimos, especialmente a 1ª emissão de debêntures realizada em maio de 2019.

**(xii) Resultado antes dos impostos**

O resultado antes dos impostos em 31 de dezembro de 2020 apresentaram um aumento de 116% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$4,0 milhões para R\$8,6 milhões. Este aumento, decorreu, principalmente, pela melhora da margem bruta.

**(xiii) IR e CS corrente e diferido:**

O valor de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 97% em relação ao ano de 2019, saindo de um crédito de R\$ 9,75 milhões para um crédito de R\$ 278 mil. Esta variação decorre do fato de que em 2019 foi constituído, pela primeira vez, imposto diferido sobre o prejuízo acumulado de algumas das empresas do grupo.

**(xiv) Lucro líquido do exercício:**

O lucro líquido em 31 de dezembro de 2020 apresentou uma redução de 35% em relação ao ano de 2019, saindo de R\$ 13,75 milhões para R\$ 8,89 milhões, este movimento decorreu pelas variações explicadas nos itens acima.

**Comparação das posições de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 das contas patrimoniais**

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)  
(Valores expressos em milhares de Reais)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	AV% <sup>(2)</sup>		AV% <sup>(2)</sup>		Variação % <sup>(3)</sup>
Ativo	31.12.2021 <sup>(1)</sup>	31.12.2021 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	2021 x 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	38.582	4,01%	41.124	5,05%	-6,18%
Contas a receber de clientes	285.294	29,65%	210.127	25,80%	35,77%
Estoques	13.050	1,36%	8.347	1,02%	56,34%
Impostos a recuperar	31.512	3,28%	30.164	3,70%	4,47%
Consórcios	1.131	0,12%	2.589	0,32%	-56,32%
Outros créditos	18.738	1,95%	19.982	2,45%	-6,23%
Total ativo circulante	388.307	40,36%	312.333	38,35%	24,32%
Ativo não circulante					
Cauções	0	0,00%	909	0,11%	0,00%
Impostos a recuperar	18125	1,88%	0	0,00%	0,00%
Depósitos judiciais	4.352	0,45%	3.930	0,48%	10,74%
Impostos diferidos	44.359	4,61%	15.168	1,86%	192%
Direito de uso de ativos	92.658	9,63%	64.285	7,89%	44,14%
Imobilizado	230.380	23,94%	242.312	29,75%	-4,92%
Intangível	184.012	19,12%	175.520	21,55%	4,84%
Total ativo não circulante	573.886	59,64%	502.124	61,65%	14,29%
Total do ativo	962.193	100,00%	814.457	100,00%	18,14%

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das informações anuais de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Total do Ativo.

<sup>(3)</sup> Percentual de variação entre o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 teve uma queda de 6,2%, R\$ 2,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa queda teve efeito principalmente devido tanto pelo aumento de pagamentos de fornecedores com a pressão de custos explicada acima, e aumento dos juros de financiamento das dívidas.

**(ii) Contas a receber de clientes:**

O Contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2021 teve um aumento de R\$ 75,2 milhões ou 35,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorre do incremento da carteira de clientes das empresas adquiridas final de 2020.

**(iii) Estoques:**

Os estoques em 31 de dezembro de 2021 tiveram um aumento de R\$ 4,7 milhões ou 56,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta conta contempla essencialmente a movimentação de pneus e peças para manutenção da companhia. Desde o início da pandemia, a indústria tem apresentado falta de insumos para a produção de pneus. O prazo de entrega dos principais fornecedores passou de 10 (dez) para 90 (noventa) dias. Além disso, as entregas tem sido menores que as quantidades solicitadas. Por isso, o estoque foi incrementado para evitar o desabastecimento e consequentemente a interrupção da operação.

**(iv) Impostos a Recuperar:**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os impostos a recuperar da Companhia em 31 de dezembro de 2021 tiveram um aumento de R\$ 1,3 milhão ou 4,47% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente devido ao aumento dos impostos diferidos decorrentes do prejuízo acumulado.

**(v) Outros Créditos:**

A conta de outros créditos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 teve uma diminuição de R\$ 1,2 milhão ou 6,23% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação refere-se essencialmente pelo reconhecimento em resultado das despesas decorrentes do processo de oferta de ações em curso da BBM.

**(vi) Imobilizado:**

A conta de imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 teve uma redução de R\$ 11,9 milhões ou 4,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pelo processo de venda de veículos com baixa produtividade e substituição por veículos locados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	AV% <sup>(2)</sup>		AV% <sup>(2)</sup>	Variação % <sup>(3)</sup>	
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>31.12.2021<sup>(1)</sup></b>	<b>31.12.2021<sup>(1)</sup></b>	<b>31.12.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>31.12.2020<sup>(1)</sup></b>	<b>2021 x 2020</b>
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	93.228	9,69%	70.107	8,61%	32,98%
Empréstimos e financiamentos	82.330	8,56%	92.066	11,30%	-10,58%
Debêntures	66.780	6,94%	14.806	1,82%	351,03%
Arrendamento mercantil	18.124	1,88%	30.652	3,76%	-40,87%
Dividendos a pagar	2.856	0,30%	2.114	0,26%	35,10%
Obrigações sociais	69.612	7,23%	61.383	7,54%	13,41%
IR e CS a Pagar	2.087	0,22%	8.225	1,01%	-74,63%
Obrigações fiscais	23.492	2,44%	21.859	2,68%	7,47%
Parcelamento de tributos	2.741	0,28%	2.398	0,29%	14,30%
Consórcios	1.445	0,15%	4.191	0,51%	-65,52%
Contas a pagar de aquisição de controladas	38.868	4,04%	32.758	4,02%	18,65%
Outras contas a pagar	27.685	2,88%	12.617	1,55%	119,43%
<b>Total passivo circulante</b>	<b>429.248</b>	<b>44,61%</b>	<b>353.176</b>	<b>43,36%</b>	<b>21,54%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	104.333	10,84%	156.999	19,28%	-33,55%
Debêntures	142.595	14,82%	21.088	2,59%	576,19%
Arrendamentos	76.551	7,96%	36.370	4,47%	110,48%
Parcelamentos de tributos	7.292	0,76%	10.534	1,29%	-30,78%
Consórcios	136	0,01%	857	0,11%	-84,13%
Provisão para contingências	25.898	2,69%	26.067	3,20%	-0,65%
Contas a pagar por aquisição de controladas	36.055	3,75%	66.207	8,13%	-45,54%
Outras contas a pagar LP	3.381	0,35%	15.622	1,92%	-78,36%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>396.241</b>	<b>41,18%</b>	<b>333.744</b>	<b>40,98%</b>	<b>18,73%</b>
<b>Total passivo</b>	<b>825.489</b>	<b>85,79%</b>	<b>686.920</b>	<b>84,34%</b>	<b>20,17%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social (líquido dos custos da transação)	95.302	9,90%	95.302	11,70%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.041	0,11%	1.391	0,17%	-25,16%
Reservas de lucros	40.355	4,19%	30.838	3,79%	30,86%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>136.698</b>	<b>14,21%</b>	<b>127.531</b>	<b>15,66%</b>	<b>7,19%</b>
Participação de não controladores	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>136.704</b>	<b>14,21%</b>	<b>127.537</b>	<b>15,66%</b>	<b>7,19%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>962.193</b>	<b>100,00%</b>	<b>814.457</b>	<b>100,00%</b>	<b>18%</b>

(1) Informações extraídas das informações anuais de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(2) Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido

**(i) Fornecedores:**

A conta de Fornecedores em 31 de dezembro de 2021 sofreu um aumento de 33,0% ou R\$ 23,12 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Isso deve-se principalmente ao fato do crescimento dos custos de serviços prestados explicados anteriormente.

**(ii) Empréstimos e Financiamentos:**

A conta de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 sofreu uma redução de 44,12% ou R\$ 62,40 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pela quitação de empréstimos com recursos da contratação de debêntures a taxas mais atrativas. A segunda emissão da debênture no valor de R\$ 240 milhões ocorreu em março de 2021, caracterizada por uma prazo de 4 anos a uma taxa de 3,3% (spread) mais CDI.

**(iii) Debêntures:**

A conta de debêntures demonstra uma aumento de 927% em 31 de dezembro de 2021 em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal percentual equivale a uma adição de R\$ 209,4 milhões em comparação aos R\$ 35,9 milhões registrados no final do exercício anterior. Essa variação é resultado da 2ª emissão de debêntures feita pela Companhia em março de 2021, com prazo de 40 meses. A emissão teve como objetivo o pré-pagamento de dívidas com custo financeiro maior, reforço de capital de giro e aquisições.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****(iv) Arrendamentos:**

A conta de arrendamentos em 31 de dezembro de 2021 sofreu uma variação positiva de 69,61% ou R\$ 27,65 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre essencialmente do aumento de veículos locados para atendimento das operações dedicadas.

**(v) Obrigações Sociais:**

A conta de obrigações sociais em 31 de dezembro de 2021 sofreu um aumento de 13,41% ou R\$ 8,23 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação tem principal impacto da absorção das obrigações sociais das novas empresas Translag e Diálogo.

**(vi) Obrigações Fiscais:**

A conta de obrigações fiscais em 31 de dezembro de 2021 sofreu um crescimento de 7,47% ou R\$ 1,2 milhão em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação tem principal impacto da absorção das obrigações fiscais das novas empresas Translag e Diálogo.

**(vii) Parcelamento de tributos:**

A rubrica de parcelamento de tributos sofreu em 31 de dezembro de 2021 uma redução de 16,47% ou R\$ 2,90 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre das quitações de parcelamentos negociados em exercícios anteriores.

**(viii) Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:**

A conta de outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2021 sofreu uma redução de 26,89% ou R\$ 34,0 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre das composições dos saldos a valor justos nas aquisições das empresas Translag e Diálogo.

**(ix) Consórcios:**

A conta de consórcios em 31 de dezembro de 2021 sofreu uma redução de 149,65% ou R\$ 3,47 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorre principalmente pela contemplação de cartas de crédito já contratadas.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Comparação das posições de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 das contas patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2019 <sup>(1)</sup>	Variação % <sup>(3)</sup> 2020 x 2019
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	41.124	5,0%	62.472	9,4%	-34,2%
Contas a receber de clientes	210.127	25,8%	148.961	22,4%	41,1%
Estoques	8.347	1,0%	2.912	0,4%	186,6%
Impostos a recuperar	30.164	3,7%	29.501	4,4%	2,2%
Consórcios	2.589	0,3%	4.288	0,6%	-39,6%
Outros créditos	19.982	2,5%	16.595	2,5%	20,4%
<b>Total ativo circulante</b>	<b>312.333</b>	<b>38,3%</b>	<b>264.729</b>	<b>39,9%</b>	<b>18,0%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Cauções	909	0,1%	469	0,1%	93,8%
Impostos a recuperar	0	0,0%	13.384	2,0%	100,0%
Depósitos judiciais	3.930	0,5%	6.064	0,9%	-35,2%
Impostos diferidos	15.168	1,9%	10.373	1,6%	46,2%
Direito de uso de ativos	64.285	7,9%	67.382	10,1%	-4,6%
Imobilizado	242.312	29,8%	229.683	34,6%	5,5%
Intangível	175.520	21,6%	72.032	10,8%	143,7%
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>502.124</b>	<b>61,7%</b>	<b>399.387</b>	<b>60,1%</b>	<b>25,7%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,6%</b>

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(2) Representatividade em relação ao Total do Ativo.

(3) Percentual de variação entre os anos de 2020 e 2019.

**(i) Caixa e equivalentes de caixa:**

Caixa e equivalentes de caixa em 2020 teve uma redução de 34,17%, R\$ 21,35 milhões em relação ao ano anterior. Essa variação decorre principalmente aos pagamentos feitos para aquisição de controladas.

**(ii) Contas a receber de clientes:**

O Contas a receber da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 61,17 milhões ou 41,06% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre principalmente do crescimento orgânico na carteira de clientes das operações dedicadas, e no segmento TM devido a anualização nas operações da empresa Translovato e incremento das carteiras de clientes das empresas Translag e Diálogo. O segmento TM, que teve as maiores taxas de crescimento, tem por característica de mercado um prazo de recebimento maior.

**(iii) Estoques:**

Os estoques em 2020 tiveram um aumento de R\$ 5,44 milhões ou 186,64% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre das internalizações de manutenção nas operações do florestal, e o aumento no valor absoluto do valor unitário de pneus.

**(iv) Consórcios:**

A conta de consórcios da Companhia em 2020 teve uma diminuição de R\$ 1,69 milhões ou 39,62% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre de contemplações de novas cartas de crédito. Quando contempladas, o valor que até então era considerado como um adiantamento (ativo), é adicionado ao imobilizado e o saldo restante à pagar é constituído no passivo.

**(v) Outros Créditos:**

A conta de outros créditos da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 3,39 milhões ou 20,41% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, na qual a Companhia constitui seu ativo à recuperar.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****(vi) Depósitos Judiciais:**

A conta de depósitos judiciais da Companhia em 2020 teve uma diminuição de R\$ 2,13 milhões ou 35,19% em relação ao ano anterior, tendo em vista que a Companhia deixou de fazer depósitos judiciais, bem como substituiu os depósitos judiciais por seguro garantia na esfera trabalhista.

**(vii) Imobilizado:**

A conta de imobilizado da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 12,63 milhões ou 5,50% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre da incorporação dos ativos das empresas Translag e Diálogo, em setembro de 2020 e dezembro de 2020, respectivamente.

**(viii) Intangível:**

A conta de intangível da Companhia em 2020 teve um aumento de R\$ 103,49 milhões ou 143,67% em relação ao ano anterior. Essa variação decorre movimentação das contas de ágio, direitos de uso de marcas, carteiras de cliente e softwares.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)					
(Valores expressos em milhares de Reais)					
	31.12.2020 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2020 <sup>(1)</sup>	31.12.2019 <sup>(1)</sup>	AV% <sup>(2)</sup> 31.12.2019 <sup>(1)</sup>	Variação % <sup>(3)</sup> 2020 x 2019
<b>Passivo + Patrimônio Líquido</b>					
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	70.107	8,6%	56.160	8,5%	24,8%
Empréstimos e financiamentos	92.066	11,3%	51.873	7,8%	77,5%
Debêntures	14.806	1,8%	13.564	2,0%	9,2%
Arrendamento mercantil	30.652	3,8%	25.372	3,8%	20,8%
Dividendos a pagar	2.114	0,3%	3.265	0,5%	-35,3%
Obrigações sociais	44.462	5,5%	32.051	4,8%	38,7%
Obrigações fiscais	30.084	3,7%	27.838	4,2%	8,1%
Parcelamento de tributos	2.398	0,3%	3.074	0,5%	-22,0%
Consórcios	4.191	0,5%	5.993	0,9%	-30,1%
Contas a pagar de aquisição de controladas	32.758	4,0%	9.528	1,4%	243,8%
Outras contas a pagar	31.689		14.596		
<b>Total passivo circulante</b>	<b>355.327</b>	<b>43,6%</b>	<b>243.314</b>	<b>36,6%</b>	<b>46,0%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Fornecedores	0	0,0%	326	0,0%	n.a.
Empréstimos e financiamentos	156.999	19,3%	117.555	17,7%	33,6%
Debêntures	21.088	2,6%	35.872	5,4%	-41,2%
Arrendamentos	36.370	4,5%	42.373	6,4%	-14,2%
Parcelamentos de tributos	10.534	1,3%	8.606	1,3%	22,4%
Consórcios	857	0,1%	1.281	0,2%	-33,1%
Provisão para contingências	23.916	2,9%	22.671	3,4%	5,5%
Contas a pagar por aquisição de controladas	66.207	8,1%	48.664	7,3%	36,0%
Outras contas a pagar	15.622	1,9%	22.703	3,4%	-31,2%
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>331.593</b>	<b>40,7%</b>	<b>300.051</b>	<b>45,2%</b>	<b>10,5%</b>
<b>Total passivo</b>	<b>686.920</b>	<b>84,3%</b>	<b>543.365</b>	<b>81,8%</b>	<b>26,4%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social (líquido dos custos da transação)	95.302	11,7%	95.302	14,4%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.391	0,2%	1.793	0,3%	-22,4%
Reservas de lucros	30.838	3,8%	23.650	3,6%	30,4%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>127.531</b>	<b>15,7%</b>	<b>120.745</b>	<b>18,2%</b>	<b>5,6%</b>
Participação de não controladores	6	0,0%	6	0,0%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>127.537</b>	<b>15,7%</b>	<b>120.751</b>	<b>18,2%</b>	<b>5,6%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>814.457</b>	<b>100,0%</b>	<b>664.116</b>	<b>100,0%</b>	<b>22,6%</b>

<sup>(1)</sup> Informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<sup>(2)</sup> Representatividade em relação ao Passivo e Patrimônio Líquido.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (i) Fornecedores:

A conta de Fornecedores em 2020 sofreu uma variação 24,83% ou R\$ 13,95 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre do incremento da carteira de fornecedores oriundos das novas empresas Translag e Diálogo.

### (ii) Empréstimos e Financiamentos:

A conta de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante em 2020 sofreu uma variação 47,00% ou R\$ 79,64 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre principalmente pelas captações de novos empréstimos de capital de giro mais atrativos, utilizados para pré pagamentos de contratos mais caros.

### (iii) Obrigações Sociais:

A conta de obrigações sociais em 2020 sofreu uma variação 38,72% ou R\$ 12,41 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação tem principal impacto da absorção das obrigações sociais das novas empresas Translag e Diálogo.

### (iv) Obrigações Fiscais:

A conta de obrigações fiscais em 2020 sofreu uma variação 8,07% ou R\$ 2,25 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação também decorre da absorção das obrigações das novas empresas Translag e Diálogo.

### (v) Contas a pagar por aquisição de controladas e outras Contas a Pagar:

A conta de outras contas circulante e não circulante a pagar em 2020 sofreu uma variação 53,18% ou R\$ 50,79 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre das composições dos saldos a valor justos nas aquisições das empresas Translag e Diálogo.

### (i) Consórcios:

A conta de consórcios em 2020 sofreu uma variação negativa de 30,60 % ou R\$ 2,23 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior. Essa variação decorre principalmente pela contemplação de cartas de crédito já contratadas.

As cotas adquiridas pela Companhia possuem um prazo de 60 meses para quitação. A partir do momento da contemplação, os veículos adquiridos passam a compor o ativo imobilizado, sendo que o saldo residual a pagar é constituído nos passivos de curto e longo prazo.

### • Patrimônio Líquido:

#### (i) Reserva de lucros:

As Reservas de Lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração. Em 2020 a reserva constituída na Companhia foi de R\$ 30,84 milhões, em comparação com R\$ 23,6 milhões em 2019.

### • Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa Fluxo de Caixa 2021 x 2020 Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2021	2020	2019	2018	2021 x 2020	2020 x 2019
Caixa gerado pelas atividades operacionais (i)	63.357	112.376	73.791	13.124	49.019	38.585
Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.780	-25.513	-3.504	-5.029	-8.733	-22.009
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	46.577	86.863	73.526	8.095	40.286	13.337
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (ii)	-73.138	-112.991	-83.262	-43.640	-39.853	-29.729
Fluxo de caixa líquido Gerado (utilizado) das atividades de financiamentos (iii)	24.019	4.780	56.716	8.973	-19.239	-51.936

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### (i) Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais:

O caixa gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 63,36 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma queda de R\$ 49,02 milhões quando comparado aos R\$ 112,38 milhões gerados no mesmo período do ano anterior. O principal motivo da queda decorre do aumento da necessidade de capital de giro, principalmente pelo aumento dos custos operacionais citados acima.

A geração de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 112,38 milhões, tal valor representam uma aumento de R\$ 38,59 milhões versus 2019. O aumento é consequência da aquisição da Translovato em dezembro de 2019. Já a geração de caixa operacional de R\$ 73,7 milhões em 2019 foi R\$ 60,6 milhões maior que a geração de 2018, decorrente da melhora dos resultados operacionais nos diversos segmentos de negócio, além de uma mais eficiente gestão do capital de giro, através de forte redução no contas a receber vencido e aumento de prazo de fornecedores.

### (ii) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:

O caixa utilizado pelas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$ 73,14 milhões, que quando comparado ao mesmo período do ano anterior foi R\$ 39,85, milhões menor, tendo em vista que a Companhia teve uma menor necessidade de renovação de frota no segmento DCC em 2021 (cronograma de renovação conforme contratos).

Já em 2020 a utilização de caixa nas atividades de investimento somou R\$ R\$ 112,99 milhões, demonstrando um aumento de R\$ 26,49 milhões em relação ao ano de 2019. Tais aumento são relacionados principalmente com compra de veículos adquiridos decorrente das renovações de frota e novos projetos no DCC e tecnologia.

### (iii) Caixa líquido gerado (utilizado) das atividades de financiamentos:

O caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 24,02 milhões em 2021, que quando comparado a R\$ 4,78 milhões em 2020 e R\$ 56,72 milhões em 2019, demonstra uma redução de R\$ 19,23 milhões comparado à 2020.

O caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 4,78 milhões em 2020, que quando comparado a R\$56,72 milhões em 2019 e R\$ 8,97 milhões em 2018, demonstra uma redução de R\$ 51,94 milhões comparado à 2019 e um aumento de R\$ 47,74 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento era de R\$ 100,68 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 as captações de empréstimos e financiamentos eram de R\$ 93,46 milhões. Somados aos financiamentos, a Companhia obteve captações por meio da sua 2ª emissão de debêntures, sendo R\$ 236,4 milhões no ano de 2021 e R\$ 49,3 milhões no ano de 2019.

Em 2020 as captações de empréstimos e financiamentos totalizaram R\$ 155,5 milhões, que quando comparado a R\$113,5 milhões em 2019 milhões e R\$ 91,7 milhões em 2018, demonstra um aumento de R\$ 42,0 milhões e R\$21,3 milhões, respectivamente.

Esse aumento nas captações teve como objetivo substituir dívidas com custo financeiro mais elevado, além de financiar o aumento do capital de giro e os novos investimentos em veículos e equipamentos.

Abaixo encontram-se descritos os fluxos de pagamento previstos para as atuais obrigações contratuais e não-contratuais da Companhia de curto e longo prazo:

(R\$ Mil)	2022	2023	2024	2025	Total
Empréstimos e financiamentos	82.330	72.699	29.069	2.565	186.663
Debêntures	67.381	66.977	66.977	11.162	212.497
<b>Total</b>	<b>149.711</b>	<b>139.676</b>	<b>96.046</b>	<b>13.727</b>	<b>399.160</b>

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

#### a. Resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

###### Receita Bruta

- Serviços Dedicados:

As receitas provenientes de Serviços Dedicados variam em função da quantidade de veículos alocados, quantidades movimentadas e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m<sup>3</sup>) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- Operações de TM (*Transportation Management*)

As receitas provenientes do TM são essencialmente viagens caracterizadas como Cargas Gerais, que variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

###### Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

###### Outras Receitas Operacionais

Reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 a 5 anos, dependendo do cliente e tipo de operação.

##### ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais constam no item 10.1 h deste formulário.

#### b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As principais variações das receitas estão relacionadas ao aumento das receitas com novos contratos no segmento de operações dedicadas e aumento de volume no segmento de carga geral. Os preços de cada tipo de serviço são determinados de acordo com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para transações de venda e de cada serviço separadamente.

Os contratos com operações de transporte dedicadas possuem variação no faturamento conforme uma cesta de indicadores contendo algum indicador de inflação (e.g. INPC – índice nacional de preços ao consumidor), o dissídio coletivo da categoria de motoristas e a variação no preço dos combustíveis.

Com relação aos demais volumes de carga geral os mesmos estão expostos às variações dos valores de combustível, flutuação de preços de mercado, além de alterações na tabela de fretes mínimos por quilômetro rodado e eixo carregado de acordo com determinação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

#### c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI, e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo nas aquisições de veículos. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia possui contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TR ou na TJLP.

No caso de risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade de crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Adicionalmente, são definidos limites individuais de crédito, os quais são monitorados periodicamente. A companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes sempre que necessário.

Com relação ao risco cambial, a Companhia está exposta ao risco decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. Em sua maioria os ativos em moeda estrangeira são resultantes de contas a receber de clientes de operações no Mercosul, equivalendo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a US\$ 3,67 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a US\$ 2,34 milhões.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

#### a) introdução ou alienação de segmento operacional

Nos três últimos exercícios sociais não foi introduzido ou alienado nenhum segmento operacional.

#### b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1 de março de 2018, a Companhia obteve o controle da Transeich Assessoria e Transportes S.A., companhia de transporte rodoviário de cargas e da Transeich Armazéns Gerais S.A., armazém geral, ao adquirir 100% das ações do capital votante dessas entidades. Estas aquisições permitirão a Companhia a oferta de novos serviços, a ampliação da sua clientela e da região de atuação e a otimização de rotas atendidas pela Companhia. A Companhia também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

Em 11 de dezembro de 2019, a Companhia obteve todas as aprovações e condições precedentes para a aquisição da totalidade das cotas da Translovato Ltda., reforçando sua atuação no segmento de transporte de cargas gerais fracionadas e aumentando sua capacidade de atender a seus clientes em todas as etapas da cadeia logística.

Em 10 de setembro de 2020, a Companhia obteve o controle da Translag Transporte e Logística Ltda., Companhia com sede na cidade de Goiás, Estado de Goiânia, com cinco filiais distribuídas nas regiões Nordeste, São Paulo e Centro-Oeste.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia confirmou a aquisição da empresa Diálogo Logística Inteligente Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa de logística especializada em e-commerce.

#### c) eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve operações ou eventos não usuais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

*Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018*

Em 2018, a Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Não houve impactos significativos em relação a aplicação inicial destas normas.

#### (i) IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30/IAS 18, o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47/IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De forma prática a adoção do CPC 47/IFRS 15 não trouxe impacto significativo para a Companhia, considerando que a Companhia e suas controladas cumprem com a sua obrigação de desempenho na prestação do serviço com base no estágio de conclusão do serviço, o qual tem uma média de aproximadamente 02 dias. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares.

#### (ii) IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros seja apresentado em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas de vendas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 35 mil, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas de vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) e VJR (Valor Justo por meio do Resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros

As contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### ***Impairment de ativos financeiros***

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do IFRS 9. Uma redução de R\$ 197 mil na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes e outros recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48/IFRS 9.

### **Transição**

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

### ***Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2019***

#### ***CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos***

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

### **Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento (nota explicativa 8).

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019.

### **Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e veículos. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### *Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17*

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 14). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Em particular:

- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; e
- não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor.

### *Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1) / IAS 17*

A Companhia arrenda veículos para sua operação. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) / IAS 17 imediatamente antes dessa data.

#### *(i) IFRIC 23 – (ICPC 22) – Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro*

Vigente a partir de 2019, a IFRIC 23 esclarece como recontabilizar tributos sobre o lucro (no Brasil, IRPJ e CSLL) quando uma entidade toma uma posição fiscal enquanto não está claro se a autoridade tributária aceitará o tratamento fiscal. Se aplica a todos os aspectos da contabilidade do tributo sobre o lucro, quando houver incerteza sobre o tratamento do tributo sobre o lucro de uma transação, incluindo lucro ou prejuízo tributário, base tributária de ativos e passivos, prejuízo e créditos tributários e alíquota de imposto.

A norma atual de tributos sobre o lucro, IAS 12 (CPC 32), não trata explicitamente da contabilização de incertezas fiscais.

#### **Tratamento fiscal incerto**

Um tratamento fiscal incerto é qualquer tratamento fiscal aplicado por uma entidade quando não está claro se este será aceito pelas autoridades fiscais.

#### **Autoridade tributária**

São todos os órgãos que decidem se os tratamentos fiscais são aceitáveis pela legislação tributária, inclusive os tribunais.

#### **Transição**

A IFRIC 23 é efetiva para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

#### **Risco de detecção**

A IFRIC 23 esclarece que, quando uma entidade considera a incerteza, deve assumir que as autoridades fiscais têm pleno conhecimento de todas as informações relevantes na avaliação do tratamento fiscal proposto. Dito de forma diferente, o risco de detecção é ignorado ao avaliar as incertezas fiscais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Reconhecimento e mensuração**

De acordo com a interpretação, o teste principal consiste em avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento tributário da entidade, conforme reportado na declaração fiscal. Se sim, a entidade registra nas demonstrações financeiras o mesmo valor submetido na declaração de imposto de renda (ECF).

**Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2020**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Por mais que algumas normas e interpretações foram alteradas, conforme descritas abaixo, estas não trouxeram impacto significativa nas informações financeiras da Companhia e de seus controladas: (i) alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) imobilizado, receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); (iii) referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); e (iv) classificação do passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

**b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****Impacto nas demonstrações financeiras**

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	Consolidado		
	Veículos	Imóveis	Total
Direito de uso reconhecido em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740
Arrendamentos a pagar reconhecidos em 01/01/2019	12.146	13.594	25.740

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### .5 - Políticas contábeis críticas

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos em 1º de janeiro de 2019. As taxas aplicadas pelo Grupo foram de 8,82% para imóveis e 11,11% para veículos.

*Contabilização do PIS e COFINS dos arrendamentos:*

- Os créditos de PIS e COFINS sobre valores a pagar pelo arrendamento de direito de uso a arrendatários corporativos, não foram deduzidos dos ativos e passivos registrados de direito de uso; e
- Por ocasião do pagamento das contraprestações do arrendamento, os créditos de PIS e COFINS são reconhecidos em contrapartida a crédito nas despesas de depreciação e despesas financeira.

#### a. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 e o relatório de revisão das informações financeiras intermediárias referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 não continham ressalvas.

Os diretores da Companhia informam que as políticas contábeis críticas adotadas são as seguintes:

#### (i) Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita considera o IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes, o qual tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando mercadorias ou serviços são transferidos para o cliente pelo preço da transação.

#### (ii) Aquisição de Controladas e Ágio

A Companhia registra a aquisição de controladas utilizando o método de aquisição, mensurando o custo como agregado da contraprestação transferida avaliada pelo valor justo na data de aquisição.

Na data de aquisição são avaliados os ativos e passivos financeiros assumidos para a adequada classificação, de acordo com termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições na data de aquisição.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela adquirida são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição, e o ágio é mensurado pelo custo sendo a diferença entre os ativos líquidos identificáveis e os passivos assumidos.

As projeções realizadas para o cálculo dos intangíveis, bem como para sustentação do ágio, e as avaliações do valor justo dos ativos, constituem uma estimativa crítica que pode não se realizar no futuro.

#### (iii) Arrendamentos

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

No momento de avaliar os diversos contratos de locação e aluguel, a administração precisa estimar, quando não previsto em contrato, os prazos pelos quais os imóveis serão utilizados ao longo dos anos, estimativa esta que pode não se realizar dependendo de fatores de mercado ou fora do controle da administração.

#### (iv) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de eventos passados, se estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.

As provisões para demandas judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- A Companhia tem uma obrigação legal ou constituída, resultante de eventos passados;
- É provável que haja uma saída de recursos;
- E, o montante foi estimado com segurança.

A mensuração das provisões é baseada no valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

As provisões de contingências são baseadas na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, utilizando-se a melhor informação disponível e a jurisprudência vigente, cenário que pode mudar no futuro, fazendo com que a realização das contingências seja por valor maior ou menor que o originalmente previsto.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A Companhia não possui.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

A Companhia não possui.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Companhia não possui.

**iv. contratos de construção não terminados**

A Companhia não possui.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.



## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

### **10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**Arrendamentos como arrendatário:**

Não aplicável.

**b. natureza e propósito da operação**

Não aplicável.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### a) investimentos, incluindo:

##### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para o exercício social de 2021, foram investidos R\$ 65,7 milhões, visando a continuidade e o crescimento das operações da Companhia. Tais recursos serão destinados para a aquisição de ativos móveis, basicamente a compra de veículos pesados (Cavalo Mecânico, Caminhões, Semirreboques e Carretas), com foco principal na renovação da frota no segmento de operações dedicadas, além de investimentos em tecnologia e desenvolvimento de novas ferramentas operacionais, como, por exemplo, o desenvolvimento da Plataforma digital e implantação do ERP (SAP 4Hanna).

##### ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para o exercício social de 2021 os recursos destinados aos investimentos tiveram como principal fonte o capital próprio decorrente da geração de caixa operacional da Companhia e capital de terceiros, sendo a principal fonte os valores obtidos com a 2ª emissão de debêntures da Companhia. No entanto, a Companhia estuda diversas possibilidades de financiamentos para aquisição de ativos, baseando a sua escolha sempre na melhor opção em termos de custo e prazo que estejam alinhadas com as estratégias da Companhia.

##### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não temos nenhum desinvestimento relevante em andamento e não prevemos nenhum desinvestimento relevante para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

##### b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não temos nenhuma aquisição que possa influenciar materialmente a Companhia.

#### c) novos produtos e serviços, indicando:

##### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

##### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

##### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

##### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não prevemos no plano de negócio atual o lançamento de novos produtos ou serviços.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - Outros fatores com influência relevante

#### a) Não atingimento dos índices financeiros (waiver)

Em assembleia geral dos debenturistas realizada em 29 de dezembro de 2021 foi aprovada a anuência prévia (waiver) para que a Companhia não observe a sua obrigação de manutenção do índice financeiro Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0 no período de 31 de dezembro de 2021 até 31 de março de 2022, de forma que não seja configurado um evento de vencimento antecipado não automático das debêntures. A anuência foi dada com a condição do índice financeiro ser menor ou igual a 3,5 no período.

#### b) Contrato comercial relevante

Em 8 de fevereiro de 2022 a Companhia celebrou com a Klabin S.A. dois relevantes contratos comerciais sendo um deles para transporte rodoviário e florestal de toras de madeira das áreas florestais e pátios externos para as fábricas e clientes, e o outro para carregamento de madeira e apoio ao transporte florestal, ambos pelo prazo de seis anos.

Esses contratos têm um potencial de movimentação mensal acima de 400.000 toneladas (não auditado), poderá gerar uma receita de aproximadamente R\$ 1 bilhão (não auditado).